ANAIS
IV EURO ELECS
2021



SESSÃO TEMÁTICA 5

CIDADES E SUSTENTABILIDADE: QUALIDADE E SAÚDE URBANAS



ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS

MESQUITA, Alina
(alina_mesquita@hotmail.com)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil



PALAVRAS-CHAVE:

Agricultura urbana e periurbana, sustentabilidade, resiliência urbana, sistemas alimentares locais

RESUMO

O artigo busca contribuir no debate sobre a questão ambiental nas ci dades, discutindo através de uma perspectiva multidisciplinar, ques tões, conceitos, problemáticas e potencialidades acerca da agricultu ra urbana, aqui compreendida como uma infraestrutura essencial à reprodução da vida nas cidades. Apesar de muitas vezes ser visto como uma tendência recente, o cultivo agrícola está imbricado com a história das cidades e é praticado até hoje por diversas populações em diferentes cidades, em todas regiões do Brasil. Através de revisão de literatura, o artigo busca ilustrar a relação histórica da agricultu ra com as cidades e o processo de aprofundamento da divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, que contribuiu para a exclusão dos espaços de cultivo nas cidades e a consolidação de um mode lo de abastecimento alimentar que apresenta altos custos e índices de desperdícios. São explorados o caráter multifuncional, as poten cialidades e benefícios da agricultura urbana nas dimensões social, ambiental e urbana. É traçado um panorama da agricultura urbana nas cidades brasileiras, apresentando características e impasses para consolidação dessa atividade. Por fim, são discutidos desafios, pos sibilidades e diretrizes para elaboração de políticas públicas com o objetivo de incorporação de espaços de cultivo agrícola nas cidades enquanto estratégia de resiliência urbana, sustentabilidade socioam biental, promoção da agroecologia e dos saberes locais e garantia de segurança alimentar e nutricional da população.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ser um fator básico para a vida humana, a questão alimentar não é concebida como uma necessidade abordada pelo planejamento urbano para o pleno funcionamento das cidades. Como pontua o documento Policy Guide on Community and Regional Food Planning da American Planning Association (2007), "food is a sustaining and enduring necessity. Yet among the basic essentials for life — air, water, shelter, and food — only food has been absent over the years as a focus of serious professional planning interest." (p.1).

Agricultura e cidade ocidental sustentaram uma relação simbiótica que se rompe apenas com a chegada da Revolução Industrial, que pressupunha a expansão acelerada e desordenada da cidade às custas de um espaço agrário considerado dispensável (ALONSO; CASADEVANTE, 2014). A expansão da urbanização e da industrialização, seguida do desenvolvimento da divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, contribuiu para a dissociação entre os espaços de cultivo agrícola e a cidade. O aprofundamento da oposição entre o meio rural e urbano consolida a ideia de que a agricultura é uma atividade econômica exclusiva do meio rural, se contrapondo à cidade, que se constituiria apenas por ambientes construídos. O fornecimento de alimentos para a população urbana se torna então uma função típica do meio rural, desconectado das necessidades e demandas atendidas pelas teorias e práticas no campo do planejamento urbano, apesar de tratar-se de um aspecto essencial à reprodução da vida humana.

Segundo estimativa das Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2008) em 2007 cerca de 923 milhões de pessoas sofriam de fome crônica, grande parte em decorrência do alto custo dos alimentos, sendo que dessas, 907 milhões estão em países em desenvolvimento. As populações mais afetadas pela insegurança alimentar são aquelas que vivem no meio urbano e dependem exclusivamente da compra de alimentos, precisando dispor de certa renda para se alimentar e estando mais vulneráveis às variações de preço dos alimentos. Para a ONU, a abordagem para o problema da insegurança alimentar envolve duas frentes: tornar o alimento mais acessível e auxiliar pequenos produtores, fomentando o desenvolvimento agrícola e rural das regiões.

À primeira vista, pode-se pensar que o alto custo dos alimentos se deve à escassez da oferta de produtos em relação a uma demanda das populações urbanas cada vez maior. Entretanto, há muito alimento que sequer chega ao consumidor, o desperdício de alimentos decorrentes do atual modelo de abastecimento alimentar possui níveis críticos. No Brasil, estima-se que 26 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçados todos os anos, sendo que metade desse desperdício ocorre na fase de transporte e manuseio dos alimentos (BUENO, 2019). Entre as maiores perdas, destacam-se verduras e hortaliças, que são mais frágeis e perecíveis. Diminuir distâncias entre produtores e consumidores trata-se então de uma questão urgente para diminuir desperdícios e impactos ambientais.

São diversos os problemas que enfatizam a necessidade da incorporação de atividades produtivas típicas do meio rural, como o cultivo de alimentos, no espaço urbano. Além do problema da fome e do desperdício gerado pelo modelo agroindustrial que abastece os centros urbanos, as consequências geradas pela degrada-

ção ambiental das cidades levantam a necessidade de construir estratégias de sustentabilidade e resiliência urbana e ambiental. Atualmente, apesar dos inúmeros argumentos técnicos em favor da agricultura urbana, como as possibilidades de geração de renda, fomento da economia solidária, persistem os obstáculos relacionados à incorporação de espaços livres produtivos nas cidades. Uma das razões é a existência de uma visão de que essa atividade produz menos retorno financeiro do que poderia ser comercialmente desenvolvido no espaço urbano.

Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana se caracteriza por atividades localizadas dentro ou na periferia de um centro urbano, envolvendo o cultivo ou criação, processamento e distribuição de produtos alimentares e não alimentares, (re)utilizando em grande medida recursos humanos e materiais, produtos e serviços das cidades e, provendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços à zona urbana. Ela é praticada em diferentes escalas e locais como quintais, terrenos ociosos, escolas e coberturas de edificações. Como salientam Santandreu e Lovo (2007), as atividades de agricultura urbana "devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades" (p. 5), colaborando então para a sustentabilidade socioambiental do espaço urbano.

Recentemente, a temática da agricultura urbana adquire destaque em discussões acadêmicas, em políticas públicas e também na agenda de agências multilaterais de financiamento, principalmente por sua possibilidade de articulação e discussão de diversos temas relevantes. Entre esses temas, pode-se citar a questão ambiental nas cidades, a (in)segurança alimentar, o entrave do acesso à terra urbana e a segregação socioespacial (COUTINHO e COSTA, 2011). O cultivo agrícola inserido no espaço urbano também possibilita a revisão do paradigma campo-cidade, criando um cenário propício para geração de novos usos, práticas e relações no espaço urbano, favorecendo também reflexões sobre modos de produção, processamento e distribuição de alimentos locais e sustentáveis, como os local food systems.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Santandreu e Lovo (2007) definem a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, recursos e insumos locais, como solo, água, mão-de-obra e saberes. Essas atividades podem estar localizadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, sendo vinculadas às dinâmicas urbanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (ibid).

Mougeot (2000) aponta seis determinantes utilizados para a definição da agricultura urbana: atividade econômica (consiste na fase produtiva da agricultura, processamento e sua comercialização), localização (elemento mais citado nas definições da agricultura urbana, e o que apresenta maior conflito conceitual, pois não

um consenso sobre os critérios de classificação do espaço intra-urbano e periurbano), tipos de área (relativo a características do local e do entorno, posse do terreno), sistema e escala de produção (comunitária, familiar, de pequenas ou médias empresas), tipos de produto (grãos, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, animais, etc), e por último, a destinação dos produtos (autoconsumo, comércio, etc). Apesar desses elementos auxiliarem na construção de um conceito para a agricultura urbana, com exceção da localização, nenhum deles é suficiente para diferenciar a agricultura urbana da agricultura rural e, portanto, justificar políticas públicas e estudos específicos. Para Mougeot (2000), a especificidade da agricultura urbana está na sua integração e interação com o ecossistema urbano, sendo conectada ao tecido e à economia urbana.

Quanto à sua localização, a agricultura urbana pode ser realizada nos mais diversos locais dentro do perímetro urbano, e também no espaço periurbano, seja em terrenos privados ou públicos, em jardins, telhados, pátios, parques, escolas e creches, postos de saúde e hospitais, penitenciárias, margens de cursos d'água, faixas sob linhas de alta tensão, margens de avenidas, entre outros (TERRILE, 2006 *apud* SANTANDREU; LOVO, 2007).

Santandreu e Lovo (2007) ressaltam o conceito de multifuncionalidade que deve orientar a agricultura urbana no sentido de promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional. A agricultura urbana deve ser incluída num amplo quadro de políticas públicas que explorem suas múltiplas possibilidades em diversas áreas como educação, saúde, economia e políticas urbanas. As políticas e práticas de agricultura urbana devem estar direcionadas à inclusão e participação social, geração de renda dentro de uma economia popular e solidária, à justiça socioambiental e vinculadas com políticas de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional da população.

3. AGRICULTURA E CIDADE: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

A agricultura urbana não é uma prática recente, apesar de ganhar evidência no debate acadêmico nos últimos anos. Espaço urbano e cultivo agrícola guardam relações próximas desde os primórdios das sociedades humanas como afirmam Boukharaeva et al. (2005, p. 4): "a agricultura urbana sempre existiu. As fontes histórico-literárias, teórico-políticas e filosóficas que descrevem a aparição das primeiras cidades, sua estrutura e seu funcionamento (...), como também os testemunhos da teoria da arquitetura (...), mostram uma estreita ligação entre o urbano e o rural".

Segundo Morán e Aja (2011), essas relações remontam aos primeiros assentamentos sedentários humanos no período Neolítico, que surgem a partir do desenvolvimento da técnica agrícola. Nesse período, Bairoch (1985) explica que os agricultores formavam a maior parte dos habitantes das cidades pré-urbanas e o início da agricultura confunde-se com a formação das primeiras cidades (apud BOUKHARAEVA, CHIANCA e MARLOIE, 2007, p. 4).

Na África e na China, 40% a 50% da população era constituída de agricultores no início da urbanização desses continentes. Na Europa, durante a Idade Média, a maior parte das pequenas cidades previa espaços destinados ao cultivo de alimentos (BOUKHARAEVA, CHIANCA e MARLOIE, 2007). Posteriormente, na Revolução Industrial, a agricultura urbana se consolida como meio de subsistência no contexto de pobreza e fome enfrentadas por grande parte dos trabalhadores que migraram de áreas rurais às cidades. Como constatam Morán e Aja (2011, p. 2, tradução nossa), "paradoxalmente, para que a vida nos subúrbios da classe trabalhadora seja tolerável, é necessário incorporar um reduto da vida no campo: a possibilidade de cultivar alimentos para o autoconsumo". Promovidas principalmente por igrejas e associações beneficentes, as hortas também possuíam um caráter político e religioso, pois através desses espaços se buscava controlar hábitos dos trabalhadores.

A partir do século XX, o fomento da agricultura nos espaço urbanos dá-se principalmente nos períodos de guerras nos países centrais. Nesse contexto, havia fortes dificuldades e inseguranças no transporte de alimentos, além de haver a necessidade de destinar embarcações e trens para o envio de mantimentos e armamentos às tropas, tornando essencial a formação de sistemas locais de abastecimento alimentar. A agricultura urbana é estimulada e impulsionada e passa a assumir diferentes caráteres políticos no contexto político-institucional de cada país. Na Alemanha, por exemplo, a agricultura urbana se torna um símbolo da ideologia nazista, permitida somente aos alemães de origem ariana. Já nos Estados Unidos, grupos de mulheres agricultoras incentivados pelo governo posteriormente terão grande influência nos movimentos sufragistas que culminaram no direito ao voto feminino.

Após a II Guerra Mundial, apesar da importância e amplitude das experiências de agricultura urbana na Europa e nos Estados Unidos, esse modelo não se consolida e o transporte de longa distância volta a ter um papel preponderante no abastecimento de alimentos das cidades. É somente a partir da década de 1970 que essas experiências revivem enquanto possibilidade de transformação do espaço diante de um contexto de degradação ambiental e urbana.

É durante essa década que a agricultura urbana surge como movimento político e social, principalmente através da jardinagem de guerrilha na cidade de Nova Iorque. Segundo Baudry (2011), é a convergência da falta de espaços verdes com a multiplicação de lotes ociosos em bairros onde as condições de vida se degradavam rapidamente que criou as condições para o desenvolvimento de projetos de apropriação ilegal do espaço. A jardinagem de guerrilha consistia no lançamento de bombas de sementes, conceito desenvolvido pela artista Liz Christy, em lotes vagos e abandonados como forma de protesto.

Mais recentemente, verificou-se que as práticas de agricultura urbana, em sua maioria, ocorrem como práticas espontâneas da população, ou como práticas financiadas por organizações da sociedade civil e agências multilaterais, e em menor intensidade, fomentadas por políticas públicas. Constata-se que o fomento da agricultura nas cidades tem como principais objetivos a promoção do desenvolvimento local, integração social, melhoria dos hábitos alimentares, educação ambiental e melhoria da qualidade do ambiente urbano.

4. POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA URBANA

Alguns problemas enfrentados atualmente enfatizam a necessidade de se pensar sobre a temática da agricultura urbana, como por exemplo: a degradação ambiental, a falta de áreas verdes, a fragilidade e os custos do sistema de produção e distribuição de alimentos para as cidades, a exclusão social, os espaços residuais subutilizados. Além disso, por ser uma prática com pouca ou nenhuma regulamentação nem acompanhamento técnico, apresenta diversos riscos como a contaminação do meio ambiente e dos alimentos, ao se utilizar indevidamente produtos químicos ou águas contaminadas para irrigação.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e urbana, a agricultura urbana gera inúmeros benefícios, como maior permeabilidade do solo, conservação e geração de biodiversidade e melhora do microclima. Pode ser associada à infraestrutura verde, constituindo paisagens produtivas que, com a gestão de águas pluviais, também constitui uma importante possibilidade projetual para reduzir o risco de enchentes, a sobrecarga na rede de drenagem pluvial e a poluição difusa das águas.

Essas áreas podem se articular a áreas verdes, equipamentos e espaços públicos educacionais, comunitários e de lazer, contribuindo para a sensibilização e aprendizado da população em torno de questões relativas ao meio ambiente e à alimentação. Além disso, a possibilidade de combinar múltiplas funções nesses espaços e de gerar renda a partir disso, pode permitir a redução dos custos de manutenção relacionados às áreas verdes, além de auxiliar na consolidação e vitalidade desses espaços.

Outra possibilidade importante é a de aproveitamento de resíduos, como lixo orgânico e esgoto doméstico, com o devido tratamento e regulamentação para não oferecer riscos aos produtores ou a contaminação do solo e dos alimentos. Esse aspecto também pode constituir uma importante estratégia para a sustentabilidade e resiliência urbana e ambiental, conscientização e educação ambiental.

Benefícios importantes são gerados também do ponto de vista social. A agricultura urbana pode contribuir na promoção da inclusão social, gerando empregos e renda, e promovendo a autonomia, bem como pode contribuir na criação de espaços que produzem outras sociabilidades, na valorização das práticas e costumes de uma determinada localidade, no acesso a alimentos frescos e mais baratos. A promoção da agricultura urbana deve estar voltada à valorização dos saberes locais, ao empoderamento de grupos mais vulneráveis e à participação social na gestão urbana e ambiental das cidades. Além disso, a agricultura urbana contribui no sentido de pensar a cidade fora da divisão rural-urbano, o que significa gerar novas possibilidades de relações socioespaciais.

Do ponto de vista econômico, pode-se citar o estímulo da economia local, com a criação de empregos, feiras e eventos locais para venda da produção. O uso de terrenos ociosos públicos pode contribuir para diminuir gastos da prefeitura com limpeza e manutenção. Além disso, a agricultura urbana se insere como um importante elemento no desenvolvimento dos sistemas locais alimentares nas cidades,

que geram menos custos de armazenamento e distribuição de alimentos, menos desperdício, possibilitando a valorização de hábitos alimentares regionais.

É necessário destacar que, apesar da relevância e do papel potencial da agricultura urbana na melhora do ambiente urbano e da vida da população de menor renda, esta, enquanto uma política isolada, não pode ser entendida como solução para a superação de desigualdades sociais. Como apontam Brand e Muñoz (2007), a facilidade da agricultura urbana se inserir em diversos contextos, contando com uma flexibilidade argumentativa em função de seus inúmeros benefícios, tem feito muitos governos e agências multilaterais incentivarem essa atividade dentro de uma política neoliberal que delegaria aos mais pobres a gestão da pobreza. Os autores argumentam que enquanto as áreas verdes para os ricos significam bem-estar e lazer, para os pobres, significaria trabalho e esforço, reforçando uma lógica neoliberal camuflada pelo altruísmo ecológico e social, responsabilizando a população pela garantia de direitos básicos como a alimentação.

5. AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

O desenvolvimento recente da agricultura urbana no Brasil se deve principalmente à migração da população rural aos centros e periferias urbanas a partir da década de 1940, provocado pela modernização da agricultura. Essa população passa a cultivar alimentos como forma de suprir necessidades essenciais, num contexto de forte exclusão social, violência, pobreza e de condições habitacionais precárias. Os pequenos vazios que separam as casas passam a ser utilizados para o cultivo de alimentos, possibilitando certa autonomia às famílias, amortecendo crises alimentares e permitindo uma reconexão com a natureza (BOUKHARAEVA et al, 2005).

O maior e mais importante estudo no sentido de identificar as práticas de agricultura urbana no Brasil bem como os aspectos legais relacionados, principalmente nas regiões metropolitanas, é o relatório "Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil", fruto da cooperação entre a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE e a FAO/ONU, promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e elaborado por Santandreu e Lovo. A pesquisa foi realizada pela REDE com a participação do IPES - Promoción Del Desarrollo Sostenible, parceiro da RUAF Foundation na América Latina. O relatório traça um quadro da agricultura urbana e periurbana no Brasil, apresentando uma breve análise das iniciativas identificadas, aprofundando-se em algumas iniciativas focadas pelo estudo. Por último, conclui apresentando os desafios e potenciais para fomentar a agricultura urbana e periurbana e diretrizes para uma política nacional no Brasil baseados nos resultados na pesquisa.

Foram pesquisadas 11 Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Em todas as Regiões Metropolitanas estudadas se constatou uma intensa e diversa prática de agricultura urbana e periurbana. Inicialmente foram identificadas mais de 600 iniciativas, dentro destas, o estudo se aprofundou em 160 delas, abrangendo 52 municípios, incluindo metrópoles e municípios médios e pequenos.

Na pesquisa, o país é organizado em três regiões: Região Sul-Sudeste, Região Centro-Oeste e Região Norte e Nordeste. Se constatou que a AUP é praticada em todas as regiões, sendo uma realidade de diversos contextos. No entanto, destaca-se a região Sul-Sudeste, que representa 59% das iniciativas registradas. Das experiências posteriormente focadas, 75% se localizam nas capitais das regiões metropolitanas, mostrando como mesmo nas áreas com maiores níveis de urbanização a atividade segue sendo praticada.

Registrou-se 635 iniciativas de agricultura urbana em todo o território brasileiro e o que se observou é que a maior parte delas diversifica suas práticas entre produção vegetal, animal, comercialização, transformação, entre outros, combinando uma ou mais delas. É possível perceber que a maioria das iniciativas estão voltadas para a produção vegetal, combinando também a geração de renda através da comercialização de produtos. Por outro lado, a transformação, que possibilita agregar valor aos produtos, é muito pouco praticada, indicando pouca integração dessa cadeia produtiva no Brasil, um ponto que pode ser explorado em políticas públicas para geração de renda.

Os principais agentes envolvidos na promoção da AUP são o governo federal, prefeituras e estados, sociedade civil, academia e setor privado. Das experiências que foram focadas pelo estudo, observou-se que as promovidas pela sociedade civil eram as mais antigas, com tempo considerável de atividade, como a Horta Comunitária União dos Operários (Porto Alegre) com mais de 23 anos, a Ervateiras do Outeiro (Salvador) com mais de 30 anos e o Núcleo Guaianazes Capital (São Paulo) que possui mais de 20 anos. Em média, as experiências financiadas pelo governo federal possuíam menos de 2 anos e as promovidas por governos municipais, menos de 4 anos, indicando a contribuição governamental recente nessa atividade. Apesar de eventualmente contar com financiamentos, os próprios agricultores urbanos são a principal fonte de recursos da atividade.

Segundo a mesma pesquisa, a agricultura urbana e periurbana é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais, de diversos estratos sociais. Alguns grupos são destacados como as mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças, idosos e comunidades tradicionais, além de integrantes de movimentos sociais urbanos e rurais. Apesar de diversas experiências de agricultura urbana estarem ligadas à associações e grupos, nota-se que há pouca ou nenhuma articulação entre elas.

É difícil calcular a quantidade de pessoas envolvidas nas atividades de agricultura urbana, porém se sabe que os projetos podem incluir desde poucas até milhares de pessoas. Alguns exemplos interessantes são o Centro de Agricultura Urbana de Belém, que presta serviços a cerca de 40 mil famílias que desenvolvem alguma atividade de agricultura urbana, e também a cidade de Curitiba, cujas ações da prefeitura envolvem mais de 30 mil pessoas.

Outra característica relevante da agricultura urbana praticada nas Regiões Metropolitanas brasileiras é a capacidade das organizações sociais que praticam a agricultura urbana de integrar essa atividade à uma agenda de direito à cidade, agroecologia, etc, desenvolvendo ações que reivindicam melhorias nas condições de vida. Essas ações podem incluir a auto organização para melhoria da infraestru-

tura e segurança comunitária, ou a reivindicação de políticas públicas em torno da agricultura orgânica, por exemplo.

Os desafios para o fortalecimento da agricultura urbana perpassa pela esfera das políticas públicas, como a ausência de políticas, a incerteza do prosseguimento dessas ações e também a ausência de articulação de políticas. Apenas na cidade de Curitiba constatou-se um programa governamental que aglutina a produção, transformação e comercialização de produtos provenientes da agricultura urbana. Outro desafio encontrado se relaciona com a falta de identificação de produtores e até mesmo das políticas nesse setor com a temática da agricultura urbana. As iniciativas apoiadas pelo governo federal geralmente se apresentam como projetos de combate à fome e geração de renda. Os próprios agentes envolvidos, em sua maioria, não se apresentam como agricultores e agricultoras urbanas, o que demonstra que a própria construção de identidade desses atores em torno da agricultura urbana também é frágil.

A falta de recursos e financiamento também é crítica, sendo uma demanda apresentada em todas as regiões. Há grande necessidade por infraestrutura e insumos, além de locais adequados para comercialização, armazenamento e transporte dos produtos. A disponibilidade de água de qualidade também é um desafio de todas as regiões, em alguns locais, o alto custo da água tratada inviabiliza seu uso na produção e, em outros, a população enfrenta a falta de acesso à água tratada e a contaminação das fontes disponíveis. Os produtores e produtoras também reivindicam maior facilidade e menores custos em relação a fiscalizações sanitárias e certificações, bem como o apoio e acompanhamento a médio e longo prazo. Por fim, se soma a falta de acesso à terra e de espaços públicos para produção agrícola.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do campo do planejamento urbano, a alimentação não é abordada como uma demanda e um serviço e, como consequência, espaços para cultivo de alimentos não são vistos como infraestruturas necessárias à reprodução da vida nas cidades. As práticas de planejamento urbano baseadas na abordagem técnica e racional do planejamento moderno contribuíram para que a cidade fosse cada vez mais concebida como um lugar sem espaço para práticas de cultivo agrícola, onde as áreas verdes são limitadas e as práticas espontâneas da população não são reconhecidas como formas de produção do espaço.

Apesar de muitas vezes ser tratada como uma "moda" recente, a prática do cultivo agrícola dentro do espaço urbano é extremamente antiga, presente desde as formações das primeiras cidades. O rompimento dessa relação é recente e relacionado principalmente ao aprofundamento da divisão do trabalho entre o meio rural e urbano ocorrido com a industrialização. O meio rural se torna o espaço apropriado e conveniente para a produção de alimentos, consolidando um padrão de abastecimento alimentar no qual os espaços produtivos se localizam a grandes distâncias dos centros de consumo, gerando enormes desperdícios e gastos com transporte, aumentando o custo dos alimentos para as populações urbanas.

A repercussão atual desse tema, como destacam Araújo e Machado (2018), se relaciona a um momento de crise ambiental, econômica, dos espaços urbanos, além do aumento da pobreza e da fome nas cidades. Enquanto política regular, a agricultura urbana poderia ser parte de uma ampla estratégia de geração de renda, promoção da agroecologia, segurança alimentar e nutricional, educação ambiental entre outros.O caráter multifuncional e interdisciplinar da agricultura urbana gera inúmeras possibilidades de criação de espaços na cidade, convergindo paisagismo e espaço público, criando oportunidades de lazer, recreação, educação ambiental e alimentar, além da produção de alimentos em si. Os espaços produtivos podem se articular a áreas verdes e infraestruturas verdes, oferecendo estratégias para que as cidades sejam mais sustentáveis e com maior qualidade de vida. Enquanto prática espontânea e recorrente da população, oportuniza formas de planejamento e projeto nos quais o reconhecimento e a integração dessas práticas tem um papel central.

Apesar dos obstáculos e da falta de apoio, a agricultura urbana é e sempre foi praticada nas cidades, o que demonstra a urgência dessa atividade ser integrada como um elemento do planejamento e da estruturação do espaço urbano. Como visto, as dificuldades enfrentadas por grupos que praticam a agricultura nas cidades brasileiras são inúmeras - falta de infraestrutura, acesso à terra, assessoria, recursos, entre outros. Entretanto, as experiências são vastas e riquíssimas, agregando centenas de milhares de pessoas, evidenciando a enorme potencialidade existente nessas atividades em todas as regiões do Brasil. Mesmo com pouquíssimo ou nenhum apoio governamental, esses grupos seguem com grande dedicação, com uma enorme capacidade de mobilização de recursos por conta própria.

Dentro do planejamento e da gestão da cidade, é preciso enfrentar a noção de que os espaços livres são dispensáveis, improdutivos e não desenvolvem todo o potencial do solo urbano. Os espaços livres possuem funções essenciais para a dinâmica do espaço urbano, não proporcionando somente amenidades e áreas de "respiro", mas também possuem o potencial de proporcionar diferentes atividades para a população, possibilitando novas relações e interações no espaço urbano. Além de serviços ecossistêmicos que contribuem para o aumento da qualidade de vida, como a melhora do microclima, da biodiversidade, a drenagem de águas pluviais, os espaços livres também são capazes de gerar produtos que podem ser explorados comercialmente. O potencial produtivo desses espaços pode constituir um forte argumento a favor da implementação de projetos voltados para a agricultura urbana.

A partir da agricultura urbana, diversas outras discussões e políticas podem ser suscitadas: a respeito do desenvolvimento sustentável, da alimentação e nutrição, a apropriação de espaços públicos, os espaços livres na cidade, a participação social na gestão urbana, a importância dos saberes e conhecimentos locais, a educação ambiental. O incentivo à agricultura urbana pode ser apenas o primeiro passo de muitos por uma cidade mais justa e sustentável, através do qual são pensados espaços multifuncionais que beneficiam as pessoas, incorporando, por exemplo a mobilidade do pedestre e do ciclista, infraestrutura verde, áreas de lazer, práticas esportivas e educação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, N.; Casadevante, J. (2014). A desalambrar: agricultura urbana, huertos comunitarios y regulación urbanística. Hábitat y Sociedad, n. 7, p. 31–52. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/4489.

American Planning Association (2007). Policy quide on community and regional food planning. Disponível em: http://www.planningclimatechange.org/public/file/foodplanning%20guides.pdf.

Araújo, E., Machado F. (2018). Agricultura urbana e políticas públicas: exigências da cidade contemporânea. IN: J. Rosin, N. Constantino, S. Benini (Org.). Cidade, resiliência e meio ambiente: Anap. p. 163-179.

Baudry, S. (2011) Les community gardens de New York City: de la désobéissance civile au développement durable. Revue Française D'Études Américaines, v. 129, n. 3, p.73-86.

Brand, P.; Muñoz, E. (2007) Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. XXI, n.1, p.47-70, jan./jul.

Bueno, P. (2019). Panorama geral das perdas e desperdício de alimentos e soluções para o acesso à alimentação. 51p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia de Alimentos). Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Engenharia Química. Uberlândia, Brasil.

Boukharaeva, L. et al (2005). Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8677/4864.

Boukharaeva, L., Chianca, *G., Marloie, M. (2007) Agricultura urbana como fenômeno universal. In: Carvalho, S., Knauss, P. (Org.). Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual. Enda Brasil. p. 11-30.*

Coutinho, M. N. e Costa, H. S. (2011) Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias,* 7, 81-97.

MORÁN, N.; AJA, A (2011). Historia de los huertos urbanos: de los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica. In: Congreso Estatal de Agricultura Ecológica Urbana y Periurbana, 1, Elche. Atas... Elche: Sociedad Española de Agricultura Ecológica/Agroecología. Disponível em: http://oa.upm.es/12201/1/INVE_MEM_2011_96634.pdf.

MOUGEOT, L. (2000). Agricultura Urbana: Conceito e Definição. Revista de Agricultura Urbana. [S.l.]: RUAF, 1. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2008). Briefing paper: hunger on the rise. Disponível em: http://www.fao.org/Newsroom/common/ecg/1000923/en/hungerfigs.pdf.

Santandreu, A. e Lovo, I. C. (2007). *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf.*